



C.N.P.J nº 75.741.355 /0001-30 Estado do Paraná

PROJETO DE LEI Nº 19/2025 DATA: 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

**SÚMULA:** DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES, A CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO E OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVARÁ E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONAREI A SEGUINTE:

## LEI

**Art. 1º** Fica reajustada a remuneração dos Conselheiros Tutelares do Município de São João do Ivaí, fixando-se em valor equivalente a 2 (dois) salários mínimos vigentes, considerando a relevância e complexidade das funções exercidas no atendimento às crianças e adolescentes.

**Art. 2º** Fica instituída a concessão do benefício de valealimentação aos Conselheiros Tutelares, nos mesmos moldes, regras e valores concedidos aos demais servidores públicos municipais, visando garantir melhores condições de trabalho e dignidade aos profissionais da área.

**Art. 3º** O pagamento dos valores mencionados nos artigos anteriores deverá ser realizado de forma pontual e estar em consonância com as diretrizes orçamentárias do Município, assegurando a sustentabilidade financeira da medida.



Estado do Paraná

**Art. 4º** Deverá adotar as providências necessárias para a inclusão da despesa no orçamento anual, com possibilidade de suplementação caso haja necessidade, respeitando os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 5º** Esta Lei poderá ser regulamentada por meio de decretos e atos normativos complementares para sua melhor execução e cumprimento.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal de São João do Ivaí – PR, Gabinete do Prefeito, em 24 de fevereiro de 2025.

Fábio Hidek Miura Prefeito Municipal





C.N.P.J nº 75.741.355 /0001-30 Estado do Paraná

## Mensagem

Prezado Presidente, Senhores Vereadores.

O presente projeto de lei tem como objetivo valorizar o trabalho dos Conselheiros Tutelares do município de São João do Ivaí, reconhecendo a relevância e complexidade das atividades desempenhadas por esses profissionais na garantia dos direitos das crianças e adolescentes. A adequação da remuneração para dois salários mínimos visa proporcionar maior dignidade aos ocupantes do cargo, condizente com as responsabilidades inerentes à função.

Além disso, a concessão do auxílio-alimentação equipara os Conselheiros Tutelares aos demais servidores públicos municipais, garantindo-lhes um benefício essencial para a melhoria de suas condições de trabalho e qualidade de vida.

A presente proposta está alinhada aos princípios da valorização dos profissionais que atuam na defesa dos direitos humanos, bem como atende às disposições legais que estabelecem a necessidade de garantir condições dignas de trabalho aos agentes públicos.

Por fim, reforçamos que a implementação desta medida deve ocorrer de forma responsável, observando as diretrizes orçamentárias do município e respeitando os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

## **Prefeitura do Município de São João do Ivaí** C.N.P.J nº 75.741.355 /0001-30

Estado do Paraná

São João do Ivaí, 24 de fevereiro de 2025.

Fábio Hidek Miura **Prefeito Municipal** 

Ilmo. Senhor MD. Presidente da Câmara Municipal São João do Ivaí - PR.